

Curricularização da extensão na graduação em Biblioteconomia e Documentação

Curricularization of the extension in graduation in Library and Documentation

Curricularización de extensión en graduación en economía Bibliotecaria y Documentación

Carolina de Souza Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil
carol.santana@ufba.br
<https://orcid.org/0000-0002-2391-3393>

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil
Leyde.klebia@ufba.br
<https://orcid.org/0000-0002-7224-4456>

Denise Braga Sampaio

Universidade Federal da Bahia, Brasil
Denise.sampaio@ufba.br
<https://orcid.org/0000-0001-9424-3158>

Licença:



Como citar este artigo:

SANTANA, Carolina Souza; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues; SAMPAIO, Denise Braga. Curricularização da extensão na graduação em Biblioteconomia e Documentação. **REBECIN**, São Paulo, abr. p. 1-16. 2024. Edição especial. Trabalho apresentado no 5º Encontro Regional Norte-Nordeste de Educação em Ciência da Informação, 2023, [Salvador, BA].

RESUMO

A curricularização da extensão é o processo que torna a extensão parte obrigatória da carga horária dos cursos de Ensino Superior no Brasil. Regulamentada por resolução do Ministério da Educação, estabelece diretrizes, princípios, fundamentos e procedimentos que devem ser observados para o planejamento e implementação da extensão. Essa demanda envolve especialmente, as equipes dos Núcleos Docentes Estruturantes e colegiados das Instituições de Ensino Superior. Assim, questiona-se como a curricularização pode ser uma prática que efetivamente contribua para a formação dos discentes de Biblioteconomia? A partir dessa questão norteadora, o objetivo geral deste trabalho é apresentar o processo de implementação da curricularização da extensão no curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia. Especificamente, pretende-se promover um debate sobre a importância da curricularização na graduação em Biblioteconomia como um aspecto obrigatório; refletir sobre a relação entre a extensão e a responsabilidade social na formação dos discentes; identificar as possíveis práticas de curricularização da extensão. Para os fins estabelecidos, considera-se a pesquisa do tipo descritiva, utilizando-se a técnica de análise documental com uma abordagem metodológica qualitativa. Os resultados revelaram indícios de práticas extensionistas em alguns componentes curriculares, contudo, ainda muito incipiente em relação ao quantitativo geral da matriz curricular; apontou também, a necessidade de um melhor entendimento por parte dos docentes sobre as características de ações extensionistas e, sinalizou, uma oportunidade para o Instituto de Ciência da Informação diversificar suas ações extensionistas, centradas em cursos e eventos, para o desenvolvimento de ações curriculares em comunidade e sociedade.

Palavras-Chave: Curricularização da extensão. Ensino Superior. Biblioteconomia e Documentação.

ABSTRACT

Extension curricularization is the process in which extension becomes a mandatory part of the workload of Higher Education courses in Brazil. Regulated by resolution of the Ministry of Education, it establishes guidelines, principles, fundamentals and procedures that must be

observed for the planning and implementation of the extension. This demand especially involves the teams of the Structuring Teaching Centers and collegiate bodies of Higher Education Institutions. Thus, it is questioned how curricularization can be a practice that effectively contributes to the formation of Librarianship students? Based on this guiding question, the general objective of this work is to present the implementation process of the extension curriculum in the undergraduate course in Librarianship and Documentation at the Federal University of Bahia. Specifically, it is intended to promote a debate on the importance of curricularization in undergraduate Librarianships as a mandatory aspect; reflect on the relationship between extension and social responsibility in the training of students; identify the possible extension curricularization practices. For the established purposes, it is considered a descriptive research, using the technique of document analysis with a qualitative methodological approach. The results revealed evidence of extensionist practices in some curricular components, however, still very incipient in relation to the general quantitative of the curricular matrix, the need for a better understanding on the part of teachers about the characteristics of extensionist actions and that extension at the Instituto de Ciência da Informação needs to be more diversified, less focused on courses and events and expanded to develop curricular actions in community and society.

Keywords: Extension curriculum. University education. Librarianship and Documentation

RESUMEN

La curricularización de la extensión es el proceso por el cual la extensión se convierte en parte obligatoria de la carga académica de los cursos de Educación Superior en Brasil. Reglamentado por resolución del Ministerio de Educación, establece lineamientos, principios, fundamentos y procedimientos que deben observarse para la planificación e implementación de la extensión. Esta demanda involucra especialmente a los equipos de los Centros Estructurantes de Enseñanza y órganos colegiados de las Instituciones de Educación Superior. Así, surge la pregunta ¿cómo la curricularización puede ser una práctica que contribuya efectivamente a la formación de los estudiantes de Biblioteconomía? A partir de esta pregunta orientadora, el objetivo general de este trabajo es presentar el proceso de

implementación de la curricularización de extensión en la carrera de Licenciatura en Biblioteconomía y Documentación de la Universidad Federal de Bahía. Específicamente, se pretende promover un debate sobre la importancia de la curricularización en el pregrado de Biblioteconomía como aspecto obligatorio; reflexionar sobre la relación entre extensión y responsabilidad social en la formación de estudiantes; identificar posibles prácticas de curricularización de extensión. Para los fines establecidos se considera una investigación descriptiva, utilizando la técnica del análisis documental con un enfoque metodológico cualitativo. Los resultados revelaron evidencias de prácticas extensionistas en algunos componentes curriculares, sin embargo, aún muy incipientes en relación a la cantidad general de la matriz curricular; también señaló la necesidad de una mejor comprensión por parte de los docentes sobre las características de las acciones de extensión y señaló una oportunidad para que el Instituto de Ciencias de la Información diversifique sus acciones de extensión, centradas en cursos y eventos, para el desarrollo de acciones curriculares en comunidad. y la sociedad.

Palabras clave: Plan de estudios de extensión. Enseñanza superior. Biblioteconomía y Documentación.

1 INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação (MEC) regulamentou, por meio da Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018, a extensão como requisito obrigatório da carga horária dos cursos de ensino superior no Brasil estabelecendo o prazo de 3 anos para a sua implantação. Em função dessa diretriz a Universidade Federal da Bahia (UFBA) por meio da Resolução 02/2022, do Conselho de Ensino Superior (CONSEPE), estabeleceu as diretrizes para implementação da curricularização da extensão no ensino de graduação e pós-graduação, que prevê, no mínimo, dez por cento (10%) do total da carga horária curricular para a extensão universitária, de acordo com a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de

junho de 2014. Essa determinação demandou de toda a Universidade um esforço no sentido de atender ao prazo estipulado pela resolução, especialmente uma atuação conjunta entre os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e os colegiados de graduação.

O ensino de Biblioteconomia na Bahia teve início em 12 de março de 1942, na Biblioteca Pública do Estado, passando oficialmente a ser um curso de caráter regular em 1947, quando firma convênio com a Universidade da Bahia, denominando-se a partir deste ano como Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia, sendo incluída no Estatuto da Universidade apenas em 1958, através da reforma realizada neste instrumento normativo pelo Decreto n. 43.804. de 23 de maio de 1958.

Desde 1998, após a aprovação da LDB 9494, o Curso de Biblioteconomia e Documentação vem reavaliando seu currículo e participando de um processo, nacional e internacional, visando adequá-lo no âmbito do MERCOSUL, estabelecendo novos eixos e componentes curriculares, bem como orientações para os projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia e Documentação.

No ano 2000, foi iniciada uma série de discussões no Instituto de Ciência da Informação, com o objetivo de construir um novo currículo para o Curso de Biblioteconomia e Documentação. No ano de 2019, foi implantado o currículo com as atualizações decorrentes dos fluxos informacionais que permeiam a sociedade. Contudo, no ano de 2022, fez-se necessária uma adequação do currículo para inclusão de carga horária destinada às atividades extensionistas integradas aos componentes curriculares.

Assim, questiona-se como a curricularização pode ser uma prática que efetivamente contribua para a formação dos discentes de Biblioteconomia?

A partir desta questão norteadora, o trabalho tem como objetivo geral **apresentar o processo de implantação da curricularização da extensão no curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia.**

Especificamente pretende-se: promover um debate sobre a importância da curricularização na graduação em Biblioteconomia como um aspecto obrigatório; refletir sobre a relação entre a extensão e a responsabilidade social na formação dos discentes e; identificar as possíveis práticas futuras e em andamento de curricularização da extensão no Instituto de Ciência da Informação (ICI).

Para tanto, a abordagem metodológica empregada é qualitativa e a pesquisa do tipo descritiva, utilizando-se da técnica de análise documental e uso do questionário como instrumento de coleta de dados.

O trabalho foi estruturado em 5 (cinco) partes: a primeira, introdução, apresenta o contexto, problema e objetivos do estudo, a segunda, teórica, com vistas a discutir Atividades Curriculares em Comunidade e Sociedade (ACCS), a terceira, procedimentos metodológicos, detalhando os processos de coleta e análise, tendo como base o Projeto Político Pedagógico (PPC), a quarta, os Resultados e Discussões, apresentando indícios de práticas extensionistas em alguns componentes curriculares, e a quinta, as considerações finais, que sobre a necessidade de discussões mais acuradas sobre extensão no âmbito do Instituto de Ciência da Informação.

2 A EXTENSÃO COMO UM DOS PILARES DA FORMAÇÃO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE

A atividade de extensão está, para o fazer acadêmico, como a ação interativa e integrativa entre a universidade e a sociedade, estreitando laço e proporcionando aos(às) estudantes a aplicação prática e compartilhada dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. A extensão universitária surgiu na Inglaterra (século XIX) como uma educação continuada para pessoas adultas que não tinham acesso às universidades (GADOTI, 2017). Com o passar do tempo, especialmente a partir da década de 1960, a extensão universitária passou a ser um dos pilares da vida acadêmica, na realidade brasileira, juntamente com o ensino e a pesquisa (FÓRUM..., 2012; GADOTI, 2017).

A reforma universitária empreendida com a implementação da Lei 5.540/1968, em seu artigo 20, estabelece que “as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes”. Nos anos 1970 e 1980, com a intensificação das lutas populares e ascensão das organizações não-governamentais e dos sindicatos, a extensão universitária ganhou novo tom, mais voltado ao interesse público, com viés social (GADOTI, 2017). Finalmente, na constituição de 1988, a tríade ensino, pesquisa e extensão é estabelecida como indissociável, a partir do seu artigo 207. Nas palavras de Gadoti (2017, p. 2)

Veio, depois, a Constituição de 1988, que consagrou o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Artigo 207) e a LDB de 1996 (Lei no 9.394/96) que estabeleceu a Extensão Universitária como uma das

finalidades da Universidade (Artigo 43). A transformação da Extensão Universitária num instrumento de mudança social e da própria universidade, tem caminhado junto com a conquista de outros direitos e de defesa da democracia.

É neste sentido que a Política Nacional de Extensão (2012, p. 28) entende a extensão universitária como uma postura ativa da universidade na sociedade afirmando que seu escopo envolve um processo interdisciplinar, cultural, científico e político que transforma não somente a universidades, mas a sociedade em que ela se insere.

As Atividades Curriculares em Comunidade e Sociedade (ACCS), foram assim denominadas, após longo histórico de atividades extensionistas realizadas pela UFBA. Tem seu marco a partir do “Projeto UFBA em Campo” na década 1996, época em que foi realizado o IV Seminário de Extensão e elaborado um diagnóstico sobre as práticas de extensão na UFBA, com a finalidade de analisar um modelo de extensão limitado a prestação de serviços, cursos e eventos (ALMEIDA, 2015).

O Programa “UFBA em campo” tem seus princípios pautados no entendimento de extensão, segundo o conceito elaborado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em 1987, onde extensão é: “O processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade[...].”

O conceito de indissociabilidade é um dos Fundamentos Teóricos do Marco Regulatório Legal Nacional da Extensão, em que o ensino, pesquisa e extensão são processos acadêmicos que adquirem maior efetividade se estiverem vinculados aos processos de ensino e a geração de conhecimento, ou seja, a pesquisa, onde o(a) estudante

deve ser colocado como protagonista no processo (BRASIL. CNE/CES, 2018).

O Programa UFBA em Campo, resultou na Atividade Curricular em Comunidade, que foi inserida no currículo dos cursos de graduação em 2001. Em 2013, a partir da resolução N.01/2013 CONSEPE/UFBA a atividade deixou de ser complementar optativa, passou a ser denominada de Ação Curricular em Comunidade e Sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A etapa inicial consistiu na análise do Projeto Político Pedagógico (PPC), contudo, sem realizar modificações estruturais, visto que o PPC de Biblioteconomia e Documentação tem apenas quatro anos de implantado. Desta forma, houve a necessidade de delimitar o trabalho para uma revisão das ementas e proceder o que, administrativamente, é denominado de alteração isolada dos componentes curriculares.

Em seguida, realizou-se a análise da matriz curricular do curso e identificação das disciplinas teórico-práticas, partindo do princípio de que essas disciplinas poderiam se aproximar daquilo que consideramos como característica extensionista. Após reuniões de discussão da equipe do NDE, sentiu-se a necessidade de promover o diálogo com a comunidade por meio de uma pesquisa interna com os docentes que ministravam disciplinas no curso de Biblioteconomia. Após a devolutiva do questionário e análise, ocorreram reuniões individuais com os docentes responsáveis pelas disciplinas selecionadas, de modo que eles pudessem tomar conhecimento da mudança e recebessem orientações sobre como deveriam elaborar a ementa com a inclusão dos conteúdos extensionistas. Ocorreram também diálogos constantes com

o Núcleo de Currículo e com a Pró-reitoria de extensão (Proext/UFBA) e, por fim, apresentação da proposta nas reuniões de Departamento e Congregação para efetivação da aprovação da proposta.

Para tanto, adotou-se a abordagem qualitativa, pois segundo Minayo (2009), as pesquisas qualitativas trabalham com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações e das atitudes, é justamente esse conjunto de fenômenos que a autora designa como parte de uma realidade social, pois ao tratar de um relato de experiência, tem-se o resultado de um fenômeno observado em um grupo específico.

A pesquisa pode ser caracterizada como descritiva pois, segundo Gil (2008), são pesquisas que tem por objetivo levantar as atitudes, opiniões e crenças de uma população. Por fim, para atingir os objetivos específicos estabelecidos utilizamos como técnica de coleta de dados a análise documental e o questionário *online*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se o contexto das ações de extensão do ICI, a pesquisa realizada com o corpo docente, em seguida o quadro de integralização de horas de extensão e por fim os componentes curriculares selecionados que integraram 15 horas de extensão na sua carga horária total.

Em uma breve análise do contexto de realização de extensão pelo ICI, excetuando os cursos e eventos, observou-se algumas ações contínuas extensionistas: O Programa DiversAção¹ que engloba os

¹ O Programa de Extensão DiversAção: cinema e leitura com diversidade atende aos anseios da comunidade acadêmica e da sociedade ao transversalizar relações étnico-raciais, gênero e sexualidade. Sua natureza dialógica trabalha memórias subterrâneas, englobando dois outros projetos: Leituras Andantes: dialogando escrituras (N. 16978) e o ICIne: Informação e memória (N. 16994). Essa integração incentiva o prazer pela leitura, socializando conhecimentos a partir da

Projetos ICIne² e Leituras andantes³, o Projeto Lapidar⁴ e o Biblioquilombolas. Destacam-se as ações do Projeto Biblioquilombolas e do Projeto Lapidar pelas ações realizadas junto comunidade. O fato de o docente gerar oportunidades além-muros da Universidade e ir a campo se constitui em um desafio, tanto pela necessidade de apoio e recursos, que nem sempre existem disponíveis para os Projetos, como também, pelo perfil, habilidade e competência do docente para o trabalho com comunidades diversas. Nesse sentido, vale mencionar o Gadotti (2017) quando ele apresenta as Instituições Comunitárias de Ensino Superior, como exemplo de Instituições que tem uma trajetória de educação popular marcadas pela atuação de docentes e discentes junto aos movimentos populares. É preciso vivência, pois o aprendizado acaba sendo uma via de mão dupla contribuindo para a formação de profissionais tecnicamente competentes e comprometidos com uma sociedade mais justa.

multiplicidade das perspectivas. Essa integração incentiva o prazer pela leitura e pelo cinema, socializando conhecimentos a partir da multiplicidade das perspectivas emergentes.

² O Projeto de Extensão ICIne foi criado para integrar esforços de promoção cultural. Este projeto é dedicado a utilizar recursos audiovisuais para complementar discussões tradicionais, viabilizando espaços de sociabilidade e formação cidadã.

³ Leituras Andantes: dialogando escritivências é um projeto de extensão de incentivo à formação continuada de pessoas leitoras, que a partir da diversidade e perspectiva da leitura de textos literários visa responder a uma dinâmica de leitura circular, envolvendo quatro Universidades Públicas brasileiras e a sociedade em geral. Seu intuito é incentivar o prazer pela leitura, compartilhando ideias e socializando conhecimentos a partir da multiplicação de perspectivas emergentes. A dinâmica de diálogo e do encontro do projeto opera sob a diversificação das possibilidades de escrita e escuta, proporcionando a observação das múltiplas matrizes formativas da cultura nacional. Assim, nossa proposta se articula e procura respeitar as trajetórias leitoras de cada participante, dando ênfase ao contexto sociocultural que esteja inserido.

⁴ Tem por objetivo desenvolver ações de formação de mediadores da leitura, direcionada aos discentes dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, além de egressos.

Quanto a pesquisa realizada junto aos docentes, do total de 25 docentes que ensinam para o curso de Biblioteconomia e documentação, 15 responderam ao questionário, portanto uma participação de 60%. A pesquisa com os docentes revelou que pelo menos 72% dos docentes consideram que o componente curricular que ministram aulas tem potencial de desenvolvimento de ações extensionistas; 12,8% não considera e 9,1% não tem certeza.

Pelo menos 80% consideram que desenvolve alguma ação de extensão no âmbito da disciplina e 20% não desenvolve. Ao solicitar a descrição da atividade desenvolvida obtivemos os seguintes exemplos de ações: Orientação com os discentes de outras instituições para normalização de trabalhos (Normalização); Oferta de oficina para bibliotecários(as) sobre as atualizações no processo de descrição a partir da RDA (representação descritiva II); Parcerias com outras instituições para aplicação e desenvolvimento de produtos da disciplina, compartilhados entre discentes do curso e instituição parceira (Fontes de Informação); Organização e realização de seminários, encontros e lançamentos de livros (Ação Cultural Educacional em Arquivos).

Quanto a integralização do currículo de Biblioteconomia, de acordo com a instrução normativa 03/2021 do Conselho Acadêmico de Ensino (CAE) a carga horária básica dos componentes curriculares deverá ser preferencialmente, de sessenta horas semestrais, admitindo-se variações padronizadas como múltiplo de quinze. Essa foi a primeira alteração realizada automaticamente em todos os cursos de graduação da UFBA. Assim, o currículo de Biblioteconomia e Documentação que antes da conversão tinha 3.058 horas passa a ter 2.680 horas.

Conforme resolução n. 02 do Consepe, a extensão deve ser no mínimo 10%, nesse caso, devem ser integralizadas 268 horas de extensão.

Quanto as disciplinas selecionadas para integrarem a carga horária da extensão, apresentamos no quadro a seguir separadas por obrigatórias (OB) e optativas (OP) e associadas aos Departamentos de Documentação e Informação (DDI) e Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI):

Quadro 1 - Disciplinas com carga horária de extensão

Departamento	Código C.C	Nat	Componente Curricular
DDI	ICIB68	OB	Normalização da Documentação
DDI	ICIB71	OB	Leitura: Fundamentos e Práticas
DDI	ICIB72	OB	Organização Temática da Informação II
DDI	ICIB77	OB	Organização Temática III
DDI	ICIB78	OB	Disseminação da Informação
DDI	ICIB79	OB	Representação Descritiva II - Materiais Especiais
DDI	ICIB81	OB	Laboratórios de Práticas Integradas I
DDI	ICIB82	OB	Tecnologias em Serviços de Informação II
DDI	ICIB83	OB	Laboratórios de Práticas Integradas II
DFPI	ICIB75	OB	Bibliotecas Públicas e Escolares
DFPI	ICIB76	OB	Estudos de Uso e de Usuário da Informação
DFPI	ICIB80	OB	Bibliotecas Universitárias E Especializadas
DFPI	ICI010	OB	Formação e Desenvolvimento de Coleções
DDI	ICIB89	OP	Representação e Recuperação de Imagens
DFPI	ICI001	OP	Ação Cultural em Biblioteconomia
DFPI	ICIB90	OP	Marketing em Serviços de Informação
DFPI	ICIB92	OP	Produção Editorial
DFPI	ICI173	OP	Conservação e Restauração de Documentos

Fonte: elaborado pelas autoras, 2023

O currículo de Biblioteconomia e Documentação passará a integrar em pelo menos 13 disciplinas obrigatórias, 15 horas de carga horária de extensão, assim, teoricamente, visto que os processos para

implementação da curricularização estão em andamento na UFBA, consideramos que o estudante fará pelo menos 195 horas de extensão, restando, portanto, 73 horas para integralizar as 268 horas, conforme a Resolução n.02 do CONSEPE. Essas 73 horas podem ser completadas com ACCS ofertada por qualquer Unidade da UFBA, cursando optativas com carga horária de extensão, além de outras atividades extensionistas previstas no Barema anexo a Resolução de extensão criada durante esse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Implementar a curricularização da extensão foi um desafio e uma oportunidade para revisar tanto o Projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia e Documentação, como mobilizar a comunidade do ICI para uma melhor compreensão e sensibilização sobre a importância da curricularização para a formação do estudante e maior aproximação junto a sociedade. O NDE juntamente com o colegiado iniciou um evento intitulado “Ciclo de Diálogos extensionistas” uma ação com o intento de debater as dificuldades e desafios do processo de extensão. Foi realizada uma primeira edição, assim como, a participação no Congresso da UFBA para socializar e publicizar as ações desenvolvidas com vistas a provocar um debate sobre a curricularização nos cursos de graduação do ICI.

Os resultados revelaram indícios de práticas extensionistas em alguns componentes curriculares, contudo, ainda são ações muito incipientes. Algumas delas envolvem os discentes, contudo, o ponto focal da extensão é que o discente seja protagonista do processo, ele(a)

precisa estar envolvido(a) na concepção, idealização, execução e não apenas participante.

A pesquisa apontou também, a necessidade de um melhor entendimento por parte dos docentes sobre as características de ações extensionistas e sinalizou, uma oportunidade para o Instituto de Ciência da Informação diversificar suas ações extensionistas, centradas em cursos e eventos, para o desenvolvimento de ações curriculares em comunidade e sociedade. Recomenda-se a inclusão do componente Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) na matriz curricular do curso de forma ampliar o alcance de discentes que desejam participar de ações extensionistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daisy Santos de. **Extensão Universitária na UFBA: ACC e a formação do estudante**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18311>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 07/2018, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNE_CESN72018.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02/2007, de 18 de julho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária**: para quê. Instituto Paulo Freire, v. 15, p. 1-18, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 02/2022, de 22 de março de 2022**. Regulamenta a inserção, o desenvolvimento e o registro das atividades de Extensão Universitária nos currículos dos cursos de Graduação da UFBA. Salvador: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2022. Disponível em: https://200-128-56-17.rev4.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/resolucoes/resolucao_02.2022_-_consepe_0.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 01/2013, de 25 de fevereiro de 2013**. Regulamenta o aproveitamento da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) para integralização. Salvador: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2013. Disponível em: https://proext.ufba.br/sites/proext.ufba.br/files/resolucao_no_01-2013_consepe_-_regulamento_accs.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 608/2018/DF**. Brasília: Ministério da Educação, 3 out. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102551-pces608-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 jul. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus: Imprensa universitária, 2012. Disponível em:

<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.